



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA  
CURSO DE FARMÁCIA**

**ANA THAYSE VIEIRA ALVES**

**APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO A PARTIR  
DA ANÁLISE FORENSE**

**CAMPINA GRANDE  
2019**

**ANA THAYSE VIEIRA ALVES**

**APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO A PARTIR  
DA ANÁLISE FORENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Farmácia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Farmácia.

**Área de concentração:** Toxicologia Forense.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sayonara Maria Lia Fook

**CAMPINA GRANDE  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474a Alves, Ana Thayse Vieira.  
Apreensões de drogas ilícitas [manuscrito] : um estudo epidemiológico a partir da análise forense / Ana Thayse Vieira Alves. - 2019.  
23 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Farmácia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde , 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Sayonara Maria Lia Fook , Coordenação do Curso de Farmácia - CCBS."  
1. Drogas ilícitas. 2. Políticas públicas. 3. Substâncias ilícitas. 4. Uso de drogas. I. Título

21. ed. CDD 613.8

ANA THAYSE VIEIRA ALVES

**APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO A  
PARTIR DA ANÁLISE FORENSE**

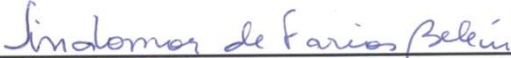
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao curso de Bacharelado em  
Farmácia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito à obtenção do título  
de Bacharel em Farmácia.

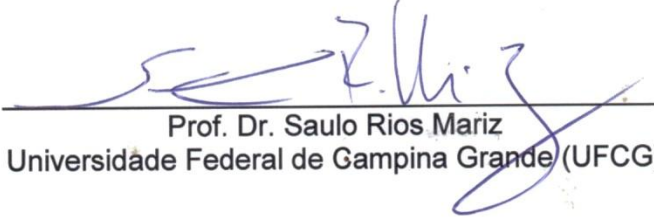
**Área de concentração:** Toxicologia  
Forense

Aprovada em: 10/06/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sayonara Maria Lia Fook (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lindomar de Farias Belém  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Saulo Rios Mariz  
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

## **1SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>06</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>08</b>
2.1	OBJETIVO GERAL.....	08
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	08
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>08</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	08
3.2	LOCAL DA PESQUISA E POPULAÇÃO.....	09
3.3	CRITÉRIOS DE INCLUSÃO.....	09
3.4	VARIÁVEIS.....	09
<b>3.4.1</b>	<b>Variáveis Relativas ao Material Apreendido.....</b>	<b>09</b>
<b>3.4.2</b>	<b>Variáveis Relativas ao Padrão de Uso das Substâncias Ilícitas.....</b>	<b>10</b>
<b>3.4.3</b>	<b>Dados Sociodemográficos.....</b>	<b>10</b>
3.5	PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	11
3.6	ASPECTOS ÉTICOS.....	11
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>

## APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO A PARTIR DA ANÁLISE FORENSE

ALVES<sup>1</sup>, Ana Thayse Vieira; FOOK<sup>2</sup>, Sayonara Maria Lia

### RESUMO

O uso de drogas apresenta uma tendência crescente, e por essa razão configura uma preocupação global. No Brasil o padrão de uso de substâncias ilícitas é semelhante à Europa. Em 2005, com 8,5% de índice de uso na vida, a *Cannabis* foi a droga ilícita mais mencionada pela população brasileira; seguida pelos solventes, estimulantes, cloridrato de cocaína e *crack*. O Brasil tem avançado consideravelmente no que se trata de políticas públicas relacionadas ao uso de drogas. Em 2006 foi aprovado o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas, que entre outras ações, objetivou incentivar a realização de pesquisas, para que através de resultados científicos comprovados, seja possível implementar ações públicas de redução da demanda e redução de danos. Este trabalho objetivou conhecer os tipos de drogas ilícitas apreendidas em Campina Grande, em 2017 e seu padrão de uso, além de caracterizar o perfil sociodemográfico dos indivíduos indiciados pela Lei 11.343 e verificar a distribuição espacial do seus endereços residenciais. Dentre as ocorrências analisadas, a *Cannabis* ocupou a primeira posição das apreensões, bem como o maior peso líquido de material apreendido. Aquém da *Cannabis*, a droga mais recorrente nos casos registrados foi o cloridrato de cocaína, seguida pelo *crack*, com pesos líquidos semelhantes, porém consideravelmente menores. A substância de menor ocorrência foi o “loló” (clorofórmio); com apenas 1 caso durante o ano de 2017. Através da análise do perfil sociodemográfico dos indivíduos autuados, foi possível constatar que a maioria pertence ao gênero masculino, com 77%. No que concerne à faixa etária, tem-se que a maior prevalência de indivíduos encontra-se entre 18 e 29 anos (63,1%). Em relação à situação no mercado de trabalho é possível observar que a maioria encontra-se desempregado. No que concerne ao nível de escolaridade é possível inferir que a maioria (82%) possui nível fundamental. Em relação a análise espacial, constatou-se que os bairros José Pinheiro e Monte Castelo apresentaram uma probabilidade significativa ao nível de 1% de influenciar os bairros vizinhos. Apesar da existência de políticas públicas sobre drogas, a problemática ainda persiste. Dessa forma, é necessário que a políticas públicas sejam acessíveis a todo o país e que haja a implementação políticas de prevenção ao uso de drogas e promover reinserção social.

**Palavras-Chave:** Drogas ilícitas. Políticas públicas. Apreensões de drogas.

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação em Farmácia na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I  
Email: thayseva@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I  
Email: sayonarafook@hotmail.com

## APREENSÕES DE DROGAS ILÍCITAS: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO A PARTIR DA ANÁLISE FORENSE

ALVES<sup>1</sup>, Ana Thayse Vieira; FOOK<sup>2</sup>, Sayonara Maria Lia

### ABSTRACT

Drug use is a growing trend, therefore remains a global concern. In Brazil, the patterns of illicit drugs use are similar to Europe. In 2005, the lifetime prevalence of *Cannabis* use was 8.5% and it was the most mentioned drug by the Brazilian population; followed by solvents, stimulants, cocaine hydrochloride and crack cocaine. Brazil has been progressing considerably when it comes to public policies related to drugs. In 2006 the Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas was approved and aimed; among other actions; to encourage the development of researches concerning illicit drugs so that through proven scientific results, it is possible to implement greater public actions. The present study was set out to analyze the main types of drugs seized in Campina Grande, in 2017 and their pattern of use, besides characterizing the sociodemographic profile of the individuals being investigated and to verify the spatial distribution of the residential addresses of individuals assessed for possession of illicit drugs. Among the analyzed offenses, *Cannabis* occupied the first position of the seizures, as well as the highest net weight of material seized. Beneath *Cannabis*, cocaine hydrochloride was the most recurrent drug, followed by crack cocaine; both with similar net weights, but considerably lower in comparison with the net weight resulting from *Cannabis* seizure. The least recurrent substance was chloroform, commonly known as “loló”; resulting in only 1 offense during 2017. Concerning the arrestees sociodemographic profile, it was possible to verify that the majority belongs to the male gender, with 77%. Regarding the age group, without distinction of gender; the highest prevalence of individuals is in the age range of 18-29 years (63,1%). In the matter of the job market, most arrestees remain unemployed and when it comes to educational levels, 82% didn't even get to high school. It was possible to verify that the neighborhoods José Pinheiro and Monte Castelo presented a significant probability at the 1% level of influence in the neighboring districts. Finally, despite the existence of public policies on drugs, the problem persists anyway. Therefore, it is much needed that public policies be accessible throughout the country and that there is initiative from the competent authorities to implement policies to prevent drug use and promote social reintegration.

**Keywords:** Illicit Drugs. Public policies. Drug seizures.

---

<sup>1</sup>Aluna de Graduação em Farmácia na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I  
Email: thayseva@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Professora Doutora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus I  
Email: sayonarafook@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A toxicologia estuda experimentalmente a ocorrência, a incidência, a natureza, os mecanismos e os fatores de risco da interação entre substâncias químicas e o organismo humano sob condições específicas, visto que qualquer substância pode atuar como agente tóxico. É uma ciência ampla, dividida em três campos de trabalho: Toxicologia clínica; que contempla o atendimento ao paciente intoxicado e visa diagnosticar a intoxicação e identificar o agente tóxico; toxicologia experimental; que trata da elucidação do mecanismo de ação dos agentes tóxicos; e por último a toxicologia analítica, que realiza a detecção do agente químico em fluidos orgânicos (OGA; SIQUEIRA, 2014).

A atuação da toxicologia analítica é de extrema importância para o aspecto forense, visto que as análises podem ser utilizadas para fins médico-legais através da investigação de material biológico e drogas comercializadas de maneira ilícita (OGA; SIQUEIRA, 2014). A toxicologia forense se mostra útil principalmente para investigação de mortes violentas e para constatação da natureza de substâncias apreendidas com perfil suspeito. Segundo os dados da Polícia Federal, a nível nacional, no ano de 2016, foram apreendidos 39,311 Kg de cocaína (cloridrato, pasta base e *crack*). Além de 224,829 Kg de maconha; 490.270 comprimidos de *ecstasy* e 882 selos de LSD (BRASIL, 2019).

O uso de drogas lícitas e ilícitas tem mostrado uma tendência crescente, e por essa razão configura uma preocupação global. Um estudo produzido pelo UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime* (2018) forneceu uma estimativa global a partir de dados de 130 países. A partir desse estudo estima-se que, em 2016, 13,8 milhões de adolescentes com idade entre 15 e 16 anos fizeram uso de maconha pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. Esses indivíduos estão incluídos na faixa etária entre 12-17 anos, que representa a fase de risco para início do uso.

Além disso, é estimado que mais de 11% da população usuária de drogas sofre de transtornos relacionados ao uso de drogas; o que implica que o padrão de uso por essas pessoas é bastante prejudicial e pode evoluir para dependência (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2017).

Na Europa, a *Cannabis* representa a droga mais usada entre indivíduos mais jovens, entre 15 e 24 anos e entre indivíduos mais velhos, com faixa etária entre 45 a 54 anos. No entanto, o padrão de uso de outras drogas ilícitas difere um pouco. Entre os mais jovens, o uso da maconha é seguido pelo *ecstasy* e depois pela cocaína e anfetaminas que apresentam igual prevalência. Já entre os mais velhos a cocaína representa a segunda droga mais usada, seguida pelas anfetaminas e o *ecstasy* (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2018).

No Brasil o padrão de uso de substâncias ilícitas mostra-se semelhante. Em 2005, um levantamento domiciliar realizado com amostras representativas das 108 maiores cidades do Brasil constatou que, com 8,5% de índice de uso na vida, a *Cannabis* foi a droga mais mencionada pela população entrevistada em 130 cidades; seguida pelos solventes, estimulantes, cocaína e *crack* (BRASIL, 2017).

A alta prevalência do uso da *Cannabis* é preocupante, pois evidências mostram que aqueles que utilizam *Cannabis* antes dos 16 anos se tornam mais propensos a desenvolver transtornos relacionados ao uso de drogas, além de distúrbios psíquicos



como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade. Além disso, é importante ressaltar que o uso de outras drogas é geralmente precedido pelo uso da *Cannabis* (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2018).

O Brasil tem avançado consideravelmente no que se trata de políticas públicas relacionadas ao uso de drogas ilícitas bem como o abuso de drogas lícitas, como tabaco e álcool. Em 2005, através do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD foi aprovada a Política Nacional Sobre Drogas - PNAD; um ajuste da Política Nacional Antidrogas até então vigente. Um dos objetivos dessa nova política é incentivar a realização de pesquisas, visto que, baseando-se em resultados científicos comprovados, é possível implementar ações que visam a prevenção, tratamento, redução da demanda, oferta e danos (BRASIL, 2011).

No ano seguinte à aprovação da PNAD, em 2006, foi instituído o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas - SISNAD através da Lei nº11.343, que revogou a Lei de Drogas (Lei nº. 6.368/76). A nova lei reconheceu o uso de drogas como um problema de saúde pública e definiu como sendo atribuição do SISNAD articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas ao usuário e dependente (prevenção, atenção e reinserção), com foco ressocializador. É dever do SISNAD, ainda, a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas (BRASIL, 2011).

São várias as atribuições e os objetivos da Política Nacional sobre Drogas, podemos citar dentre elas, a seguinte atribuição: pesquisar, experimentar e implementar novos programas, projetos e ações, de forma pragmática e sem preconceitos, visando à prevenção, tratamento, reinserção psicossocial, redução da demanda, oferta e danos com fundamento em resultados científicos comprovados. Além disso, alguns de seus objetivos são: manter e atualizar, de forma contínua, o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) para fundamentar, dentro de outras finalidades, o desenvolvimento de programas e intervenções dirigidas à redução de demanda (prevenção, tratamento e reinserção psicossocial), redução de danos e de oferta de drogas, resguardados o sigilo, a confidencialidade e seguidos os procedimentos éticos de pesquisa e armazenamento de dados (BRASIL, 2011).

A Lei Federal nº. 11.343/2006 constitui “norma penal em branco”, ou seja, ela necessita de instrumentos que a sustente. O parágrafo único do art. 1º, das Disposições Preliminares da referida Lei, cita que “Para fins dessa, consideram-se como drogas as substâncias ou os produtos capazes de causar dependência, assim especificados em lei ou relacionados em lista atualizada periodicamente pelo poder Executivo da União.” A Portaria nº 344 embasa essa lei. A constatação inequívoca da presença dessas substâncias em uma apreensão policial constitui a materialidade do delito – a prova pericial (MOUREAU, 2014).

Em seu artigo 50, estabelece que o Perito Criminal deva produzir o laudo de constatação provisória de drogas para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito (GONÇALVES, 2012), posteriormente, sendo necessário que o Perito Criminal realize o exame confirmatório que resultará no laudo definitivo de drogas.

Um dos Pontos de destaque da nova lei é a distinção entre usuários/dependentes de drogas e tráfico/conduas afins, com as penas descritas respectivamente nos Art. 28 e Art. 33 (BRASIL, 2011). O Art.28 da Lei nº11.343/06

afirma que quem adquirir guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido às penas de advertência, prestação de serviços à comunidade ou medida educativa. A constatação se a droga portada destina-se a uso pessoal ou tráfico fica sob responsabilidade do juiz, que seguindo o § 2º do Art. 28; leva em consideração a natureza; a quantidade de droga apreendida; o local e as circunstâncias em que se desenvolveu a ação; às circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e os antecedentes do agente (BRASIL, 2011).

Portanto, para que seja possível concretizar, de fato, essas ações de controle do uso de drogas ilícitas e contribuir com o fortalecimento das políticas públicas; é de suma importância que através da divulgação de informações fidedignas e resultados científicos concretos; seja realizado um estudo específico para o município de Campina Grande. É relevante que cada localidade tenha seu perfil traçado quanto às apreensões de drogas ilícitas, considerando que cada localização geográfica difere em suas particularidades; bem como as características da sociedade inserida nela.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Estudar as apreensões de drogas ilícitas da cidade de Campina Grande no ano de 2017 registradas no Núcleo de Laboratório Forense (NULF) do Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC-PB), unidade Campina Grande.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Identificar os tipos de drogas apreendidas pelo Núcleo de Laboratório Forense/Instituto de Polícia Científica da Paraíba (NULF/IPC-PB).

Conhecer o padrão de uso a partir do tipo de droga ilícita apreendida e identificada.

Caracterizar o perfil sociodemográfico dos indivíduos indiciados por porte de drogas ilícitas.

Verificar a distribuição espacial em Campina Grande dos endereços residenciais dos indivíduos autuados pela Lei 11.343 de 2006 e avaliar se existe uma dependência espacial entre os bairros da cidade.

## **3 METODOLOGIA**

### **3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA E INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Trata-se de um estudo descritivo, com recorte transversal, retrospectivo, com abordagem quantitativa e elaborado para responder aos objetivos específicos propostos. Os dados foram retirados dos laudos arquivados pelo Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande (NULF-CG/IPC).

Este estudo faz parte de um projeto maior intitulado “Drogas ilícitas e sua relação com a vulnerabilidade individual, social e programática: uma abordagem espacial”,

coordenado pela Professora Doutora Sayonara Maria Lia Fook.

### 3.2 LOCAL DA PESQUISA E POPULAÇÃO

O espaço geográfico estudado foi o município de Campina Grande (PB), localizado na mesorregião do agreste paraibano. Esse município possui 594,182 km<sup>2</sup> de área da unidade territorial; oito distritos sanitários (seis na zona urbana e dois na zona rural) e 51 bairros. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 sua população era composta por 385.213 habitantes e sua densidade demográfica é de 648,31 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010). O município em questão é um centro universitário e tecnológico que exerce grande influência política e econômica sobre mais de 60 municípios circunvizinhos.

A população estudada englobou as apreensões de drogas ilícitas registradas no ano de 2017 referentes à cidade de Campina Grande, nos Laudos de Constatação e Definitivo realizados pelo Núcleo de Laboratório Forense de Campina Grande (NULF-CG/IPC).

O NULF é composto por laboratórios que são responsáveis pelos Laudos de Constatação e Definitivo, de acordo com os requisitos da Lei nº11. 343 de 23 de agosto de 2006. Estes laboratórios pertencem ao Instituto de Polícia Científica do Estado da Paraíba (IPC-PB). O IPC é o órgão de perícia oficial do Estado da Paraíba. Os peritos desenvolvem suas atribuições no atendimento das requisições de perícias provenientes de delegados, procuradores e juizes, inerentes a inquéritos policiais e a processos penais.

### 3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Foram incluídos na pesquisa todos os laudos que apresentaram informações completas referentes ao perfil sociodemográfico dos indivíduos indiciados de acordo com a Lei nº11.343 de 2006, e cujas apreensões ocorreram no município de Campina Grande.

### 3.4 VARIÁVEIS

#### **3.4.1 Variáveis Relativas ao Material Apreendido**

**Quadro 1** - Variáveis relativas ao material apreendido

<b>Variável</b>	<b>Categorias</b>
<b>Droga apreendida</b>	<i>Cannabis sativa</i> L. (Maconha)
	Cocaína ou <i>Crack</i>
	LSD
	Anfetaminas
	“Loló” (Hidrocarbonetos halogenados)

**Fonte:** Produção própria.

### 3.4.2 Variáveis Relativas ao Padrão de Uso das Substâncias Ilícitas

**Quadro 2** - Variáveis relativas ao padrão de uso

<b>Variáveis</b>	<b>Categorias</b>
<b>Cocaína</b>	Cloridrato
	<i>Crack</i>

**Fonte:** Produção própria.

### 3.4.3 Dados Sociodemográficos

**Quadro 3** - Variáveis relativas ao indivíduo indiciado

<b>Variáveis</b>				
	<b>Gênero</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Situação no mercado de trabalho</b>
<b>Categorias</b>	Masculino	<18	Sem instrução	Empregado
		18 a 29	Ensino Fundamental	
	Feminino	30 a 39	Ensino médio	Desempregado
		≥40	Ensino superior	

**Fonte:** Produção própria.

### 3.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados dos laudos foram organizados em planilha eletrônica usando o software Microsoft Office Excel 2013. As planilhas foram importadas para o programa gratuito *The R Project for Statistical Computing*, software com versão 3.4.2, para realização de análise estatística, com contagem de frequência e percentagens, além de testes de correlação para verificar associação entre variáveis.

Todas as análises estatísticas espaciais para dados de área foram calculadas por meio do software na plataforma R (*R Core Team* 2019). A organização da estrutura do mapa (*shape file*) foi estruturada por meio do software QGIS, versão 2.14.3. Todas as análises estatísticas foram apresentadas, do ponto de vista da estatística espacial, como índice de Moran, índice de Moran local; além da produção dos mapas de dispersão e *LISA map* que foram estruturados pela plataforma R (*R Core Team* 2019).

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

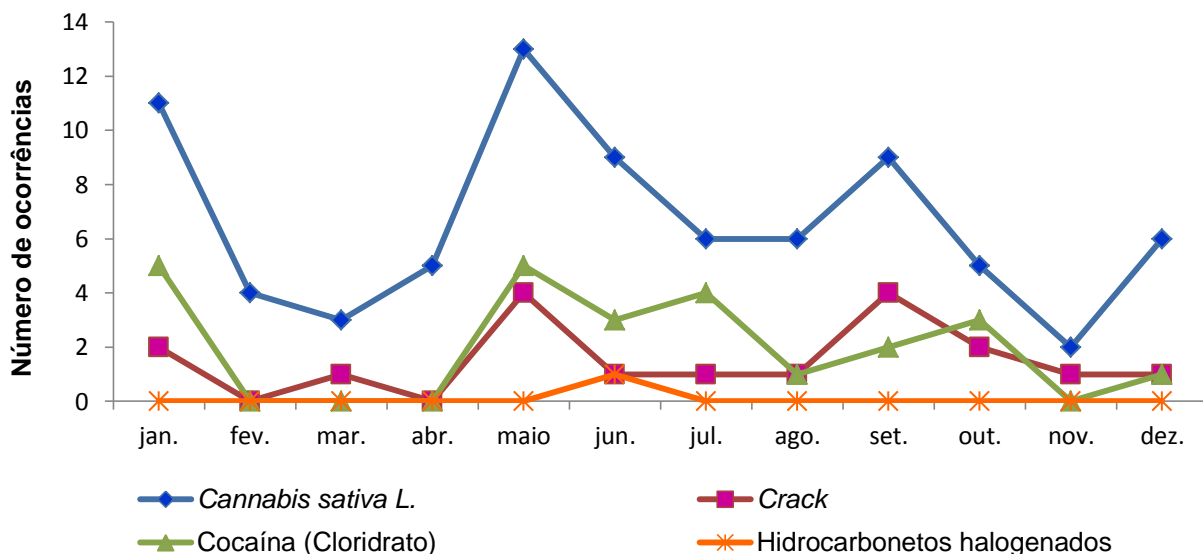
O estudo foi realizado em harmonia com aos princípios e diretrizes apontados pela Resolução Nº. 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (BRASIL, 2012). O mesmo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com os seres humanos da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e aprovado com geração do seguinte protocolo CAAE: 09685419.2.0000.5187.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2017, dos 732 laudos de drogas ilícitas registrados no (NULF/IPC-PB), unidade Campina Grande, 685 foram confirmados como drogas ilícitas, de acordo com os termos da Lei nº11.343 de 23 de agosto de 2006, no artigo 50, sobre a comprovação da materialidade do delito. Dentre os casos confirmados, provenientes de apreensões em Campina Grande, apenas 122 continham dados sociodemográficos completos, o que dificulta a realização de pesquisas nessa perspectiva.

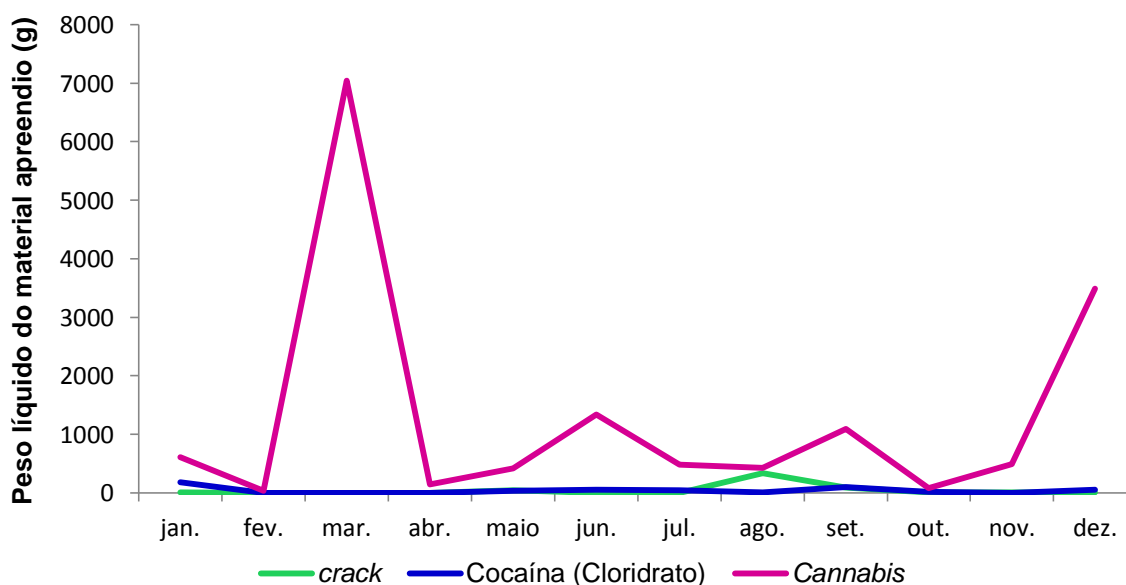
Após uma análise descritiva dos dados foi possível concluir que os casos se distribuíram durante o ano de 2017 de maneira irregular. Analisando o Gráfico 01, observamos que o mês de maio engloba o maior número de casos (n=22). No entanto, nos meses em que se esperava um maior número de casos na cidade devido ao acontecimento dos festejos juninos, junho e julho, houve a ocorrência de um número mediano, além de uma quantidade de material apreendido consideravelmente menor em relação à maioria dos outros meses (Gráfico 02).

**Gráfico 01** – Distribuição anual das apreensões de drogas ilícitas, de acordo com o padrão de uso, no município de Campina Grande, identificadas pelo Núcleo de Laboratório Forense (NULF)/ Instituto de Polícia Científica de Campina Grande (IPC), no ano de 2017.



Fonte: Dados da pesquisa.

**Gráfico 2** – Distribuição do peso líquido de material ilícito apreendido, confirmado no Núcleo de Laboratório Forense (NULF)/Instituto de Polícia Científica (IPC) de Campina Grande, Paraíba, no ano de 2017.



Fonte: Dados da pesquisa.

Observando os tipos de drogas ilícitas apreendidas, a *Cannabis* ocupa a primeira posição das apreensões, com 64,8% (Gráfico 01), bem como o maior peso líquido de material apreendido, com um total de 15,6 Kg durante 2017 (Gráfico 02). A alta prevalência da maconha é totalmente previsível, visto que esta é a droga ilícita mais usada na maioria dos países, e foi a droga mais usada em todo o mundo no ano de 2016, com uma prevalência de 3,5% (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2018).

Além disso, segundo o relatório sobre a dinâmica das drogas da Confederação Nacional dos Municípios (2016), a maconha ocupa o primeiro lugar, com uma média de 25,3%, nas apreensões de drogas ilícitas mais traficadas nos municípios que são rotas de tráfico nas regiões Norte, Sudeste e Sul do Brasil (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2016).

Aquém da *Cannabis*, a droga mais recorrente nos casos registrados foi a cocaína na forma de cloridrato, com 24 casos (19,7%), seguida pela cocaína na forma de base livre (COC-base), denominada de *crack*, com um total 18 de casos (14,8%) (Gráfico 01). Analisando os pesos líquidos apreendidos de cocaína, na forma de pó cristalino, cloridrato de cocaína (COC. HCL) e de base livre (COC-base), foram de 463,9g e 484,4g, respectivamente (Gráfico 2).

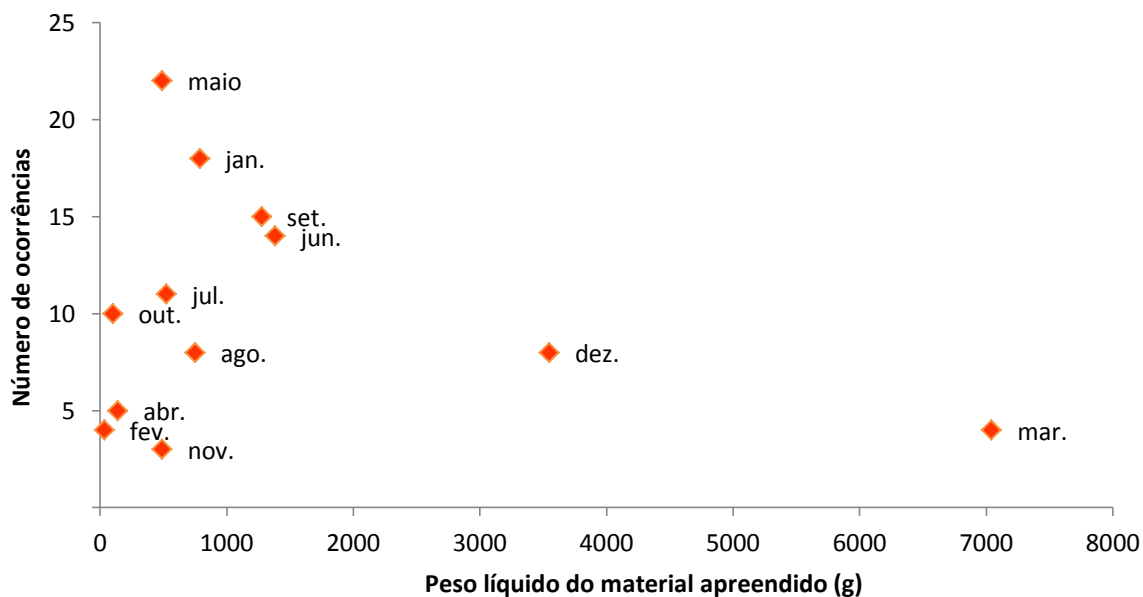
Esse número considerável de apreensões de cocaína pode ser justificado pelo fato de que a sua forma de cloridrato ocupou o segundo lugar no tipo de droga ilícita mais traficada (com uma média de 25,6%) nos municípios que são rotas de tráfico nas regiões Norte, Sudeste e Sul do Brasil, seguida pelo *crack*, com média de 19,3% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2016). Além disso, o Brasil foi o país mais citado como país de partida da cocaína interceptada em todas as sub-regiões da África nos anos de 2012 a 2017; da Austrália nos anos de 2012 a 2016 e da Ásia nos anos de 2012 a 2016 (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2018).

No entanto, esses resultados não estão em concordância com os estudos de Jesus et al (2011), que avaliou os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo e concluiu que a cocaína apresentou um peso líquido bastante superior à *Cannabis* no período analisado pelo estudo.

A substância de menos ocorrência foi o clorofórmio, vulgo loló; com apenas 1 caso durante o ano de 2017. Essa ocorrência tão baixa não era previsível visto que segundo o Relatório Brasileiro sobre Drogas (2009), a prevalência de uso na vida de solventes aumentou de 5,8% para 6,1% entre os indivíduos entrevistados, dessa forma esperava-se que houvesse um número considerável de pessoas portando esse tipo de substância. Bem como o 'loló' (clorofórmio); as drogas sintéticas não seguem a tendência da *Cannabis* e da cocaína em Campina Grande. Apesar de no ano de 2016 ter ocorrido a apreensão de mais de 240 toneladas de drogas sintéticas no mundo (*United Nations Office on Drugs and Crime*, 2018) e mais de 490 mil comprimidos de *ecstasy* no Brasil (BRASIL, 2019), no ano de 2017, não houve apreensões de drogas sintéticas na nossa cidade.

É possível inferir que a massa de droga apreendida em cada mês não aumentou ou diminuiu proporcionalmente de acordo com a variação no número dos casos (Gráfico 03). Esse fato pode ter ocorrido devido à presença de pontos exteriores; ocorrências que apresentaram peso líquido de material apreendido consideravelmente maior que a maioria como mostram os Gráficos 04 e 05, referentes às apreensões de COC e *Cannabis*.

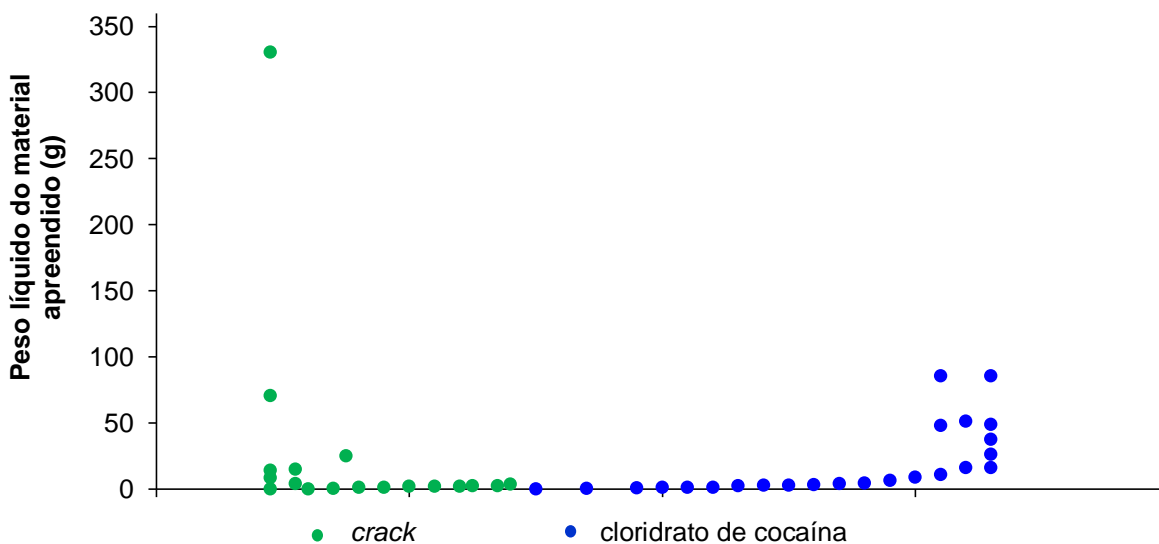
**Gráfico 3** - Correlação entre o número de apreensões e o peso líquido das drogas ilícitas identificadas pelo Núcleo De Laboratório Forense (NULF)/ Instituto de Polícia Científica (IPC) de Campina Grande, Paraíba, no ano de 2017.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Nota:** Incluídos somente as ocorrências referentes a *Cannabis*, *crack* e cocaína (cloridrato).

**Gráfico 4** - Distribuição anual do peso líquido de cocaína constatada pelo Núcleo De Laboratório Forense (NULF)/ Instituto De Polícia Científica (IPC) proveniente de apreensões em Campina Grande, em 2017.



**Fonte:** Dados da pesquisa.



**Gráfico 5** - Distribuição anual do peso líquido de maconha constatada pelo Núcleo De Laboratório Forense (NULF)/ Instituto de Polícia Científica (IPC), Paraíba, proveniente de apreensões em Campina Grande, no ano de 2017.



**Fonte:** Dados da pesquisa

Através da análise do perfil sociodemográfico dos indivíduos autuados, foi possível constatar que a maioria pertence ao gênero masculino, com 77% (n=94) dos casos (Tabela 1). Essa maior prevalência dos homens vai ao encontro dos estudos de Gomes et al (2015); Lemgruber, Fernandes (2015) e Ribeiro et al (2017); que avaliaram o perfil dos indivíduos indiciados pelo porte de drogas ilícitas.

Os resultados encontrados em nossa pesquisa, ainda, estão em conformidade com as estatísticas do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), realizado em 2016, que mostram a grande prevalência do gênero masculino no que se trata de crimes relacionados ao tráfico de drogas, associação para o tráfico e tráfico internacional de drogas. O mesmo relatório também informa que dentre os homens privados de liberdade no Brasil, 26% foram autuados por crimes relacionados ao tráfico de drogas; contra 62% das mulheres privadas de liberdade.

**Tabela 1** – Perfil sociodemográfico dos indivíduos autuados por porte de drogas ilícitas em Campina Grande, Paraíba, no ano de 2017.

Variáveis	Masculino (n= 94)		Feminino (n= 28)		Total (N= 122)	%
	n	%	n	%		
<b>Faixa etária (anos) [p= 0,2114]</b>						
<18	12	63,12	07	36,8	19	15,6
18-29	63	81,8	14	18,2	77	63,1
30-39	18	78,3	05	21,7	23	18,9
<b>Situação no mercado de trabalho [p= 0,0150]</b>						
Empregado	43	89,6	05	10,4	48	39,3
Desempregado	51	68,9	23	31,1	74	60,7
<b>Nível de escolaridade [p= Não se aplica]</b>						
Ensino Fundamental	76	76%	24	24	100	82

**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Nota:** Na faixa etária >40 não houve frequência significativa para realizar a análise estatística visto que nesta estavam presentes apenas 2 mulheres e 1 homem. O mesmo ocorreu para os níveis de escolaridade: Sem instrução, ensino médio e ensino superior, que juntos incluíram somente 17 indivíduos.

Observando a faixa etária dos indivíduos, foi possível observar na Tabela 1, que houve prevalência de indivíduos na faixa de 18-29 anos, com 63,1% (n=77) dos casos, quando somados os dois gêneros; e quando analisamos os gêneros separadamente, há predomínio do gênero masculino, com 81,8% (n=63) dos casos, nesta mesma faixa etária. Analisando os dados de acordo com a faixa-etária não houve associação significativa com o gênero dos indivíduos ( $p > 0,05$ ).

Esses resultados apresentam concordância com os estudos realizados por Gomes et al (2015); Jesus et al (2011); Rocha (2017), que concluíram que a maioria dos indivíduos da população estudada estavam inseridos na faixa etária de 18-30 anos, 18-29, 18-31 anos, respectivamente.

Em relação à situação no mercado de trabalho é possível observar que a maioria estava, no momento do estudo, desempregado com 60,7% (n=74) dos casos e pertenciam ao gênero masculino com 68,9% (n=51) dos casos (TABELA 1). Esse resultado vai de encontro ao resultado de Jesus et al (2011), que avaliou indivíduos autuados por tráfico de drogas na cidade de São Paulo e concluiu que a maioria (62,17%) declarou exercer algum trabalho remunerado formal ou informal. Analisando

os dados de acordo com a situação dos indivíduos no mercado de trabalho, observamos que houve associação significativa com o gênero ( $p \leq 0,05$ ).

A Tabela 1 também aborda o grau de instrução, e é possível inferir que a maioria (82%) possui nível fundamental, incompleto ou completo. Esses achados vão ao encontro dos estudos de Jesus et al (2011), e dos estudos de Rocha (2017).

Em relação a análise espacial das apreensões de drogas ilícitas foi possível concluir que, após o cálculo do Índice I de Moran global ( $p > 0,05$ ), não houve uma dependência espacial entre os bairros vizinhos, ou seja não existe uma autocorrelação entre bairros.

Com relação ao Índice de Moran local (Gráfico 06), realizado bairro a bairro, foi possível observar que os bairros Monte Castelo (Bairro 1;  $p < 0,05$ ) e José Pinheiro (Bairro 6;  $p < 0,05$ ); ilustrados de azul; apresentaram uma probabilidade significativa ao nível de 1% de influenciar os bairros vizinhos, ou seja apresentam autocorrelação espacial a partir da variável que estamos analisando. Os demais bairros, ilustrados na cor branca, não apresentaram significância, ou seja, dependência no espaço ( $p > 0,05$ ).

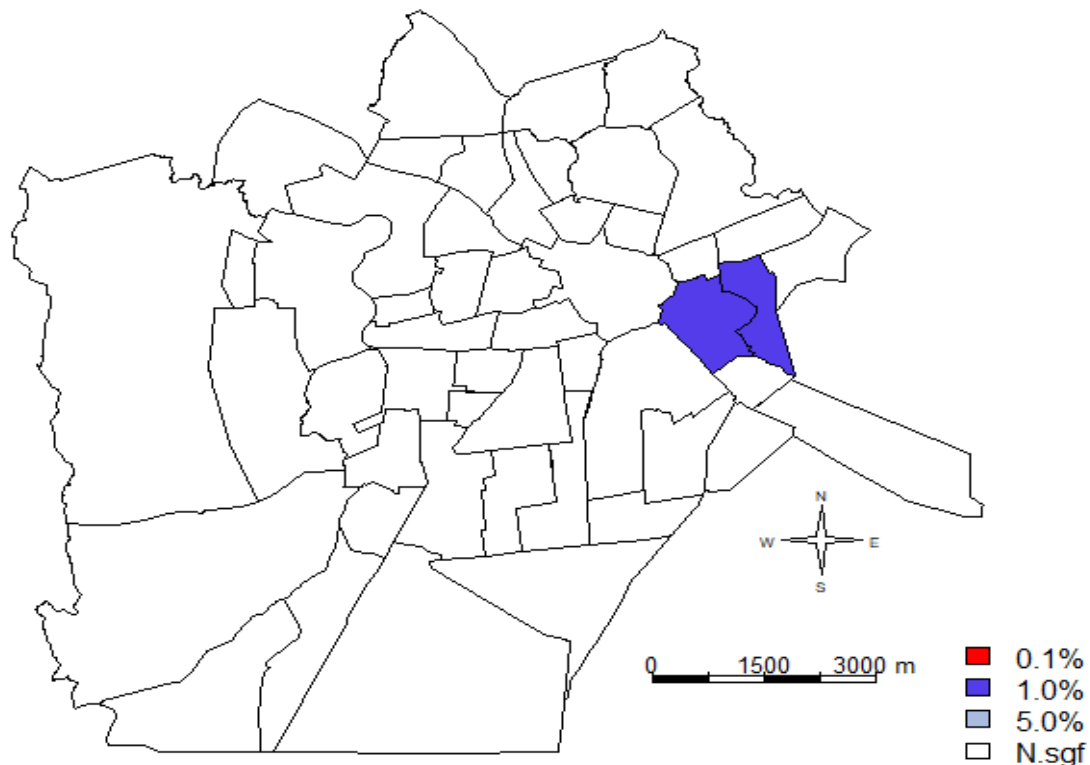
Dados econômicos do município de Campina Grande, 2016, mostram que o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos, ocupando a posição 7 de 223 em comparação as outras cidades do estado; além disso a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26,6% (IBGE, 2017).

Ao analisar os bairros da cidade, através dos dados do último censo do IBGE, é possível inferir que a maioria das pessoas que exercem alguma atividade remunerada e residem nos bairros José Pinheiro e Monte Castelo, possui um rendimento mensal de até um salário mínimo, representando um rendimento abaixo da média de salário da cidade. Além disso, em relação a um total de pessoas maiores de 10 anos, uma minoria é responsável por domicílios; 33,9% no José Pinheiro e 34,7% no Monte Castelo.

A baixa proporção de pessoas responsáveis por domicílios associada a uma baixa média de rendimento mensal e uma maioria desocupada pode influenciar para a criação de um panorama favorável à criminalidade.

Os estudos de Santos; Silveira (2013) afirmam que o aumento do uso de drogas lícitas e ilícitas é conseqüente às condições de vida que se colocam ao cidadão: más condições de vida, de trabalho, de acesso à saúde, educação, lazer, aos bens de consumo. É uma conseqüência legítima da expressão da questão social que se coloca mostrando sua face cada vez mais perigosa e alienadora.

**Gráfico 6** – Indicador local de autocorrelação espacial (LISA), para a variável bairros que residem indivíduos presos em flagrante, no município de Campina Grande, por porte de drogas ilícitas, de acordo com a Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006, durante o ano de 2017.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

**Nota:** Foram considerados apenas as ocorrências em que o endereço residencial do indivíduo autuado estava presente no laudo de constatação e definitivo emitido pelo Instituto de Polícia Científica (IPC)/Núcleo de Laboratório Forense (NULF), em Campina Grande, Paraíba, em 2017.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que dentre as ocorrências registradas no NULF - IPC-PB, unidade Campina Grande, em 2017, a maioria se refere a apreensões que ocorreram no município de Campina Grande; porém dentre estas apenas 122 apresentavam informações completas acerca do perfil sociodemográfico do indivíduo, dessa forma a análise descritiva do trabalho foi realizada baseada nessas.

Dentre essa população, foi possível observar que a *Cannabis* foi responsável pela maioria das ocorrências; bem como a maior parte do peso líquido de material apreendido.

No que se trata do perfil sociodemográfico dos indivíduos, houve maior prevalência de indivíduos homens, pertencentes a faixa etária de 18 a 29 anos, desempregados, e com nível de escolaridade de ensino fundamental.

Em relação a análise espacial, constatou-se que os bairros José Pinheiro e Monte Castelo apresentaram uma probabilidade significativa ao nível de 1% de influenciar os bairros vizinhos.

É possível inferir que devido aos critérios de inclusão utilizados, o número de ocorrências analisadas neste trabalho reduziu bastante quando comparadas ao número inicial de ocorrências confirmadas. Esse fato pode representar um viés na pesquisa visto que se as análises houvessem sido realizadas baseadas no número inicial de ocorrências, os resultados poderiam ser diferentes.

Apesar da existência de políticas públicas sobre drogas, como a Política Nacional Sobre Drogas e a Política Nacional de Enfrentamento ao *Crack* e outras drogas, a problemática ainda persiste. Através de relatórios internacionais, é possível constatar que o número de pessoas que utilizam drogas não tem diminuído com o passar dos anos. Dessa forma, é necessário que políticas públicas sejam acessíveis a todos os municípios e que haja iniciativa a partir das autoridades competentes para implementar políticas integradas, que envolvam questões de saúde, educação, atendimento psicológico aos usuários e que haja projetos de prevenção ao uso de todas as drogas ilícitas, como já existe para o *crack*; e de reinserção social como o projeto REINSERIR.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Comitês de Ética em Pesquisa. Resolução nº 466, de 13 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, 2012.

BRASIL. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011. 106 p. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/2011legislacaopoliticaspublicas.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. **SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento** - O uso de substâncias psicoativas no Brasil: Módulo 1. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. 11. ed. 146 p., 2017. Disponível em: [https://www.supera.org.br/@/material/mtd/pdf/SUP/SUP\\_Mod1.pdf](https://www.supera.org.br/@/material/mtd/pdf/SUP/SUP_Mod1.pdf). Acesso em: 1 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. Atualização – Junho de 2016. Brasília, 2017. Disponível em: [http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio\\_2016\\_22111.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf). Acesso em: 14 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Polícia Federal. **Estatística de Drogas Apreendidas**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.pf.gov.br/imprensa/estatistica/drogas>. Acesso em: 1 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Relatório Brasileiro Sobre Drogas**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. 364 p.

Confederação Nacional dos Municípios. **Os municípios na faixa de fronteira e a dinâmica das drogas**. 2016. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Os%20Munic%C3%ADpios%20na%20faixa%20de%20fronteira%20e%20a%20din%C3%A2mica%20das%20drogas\\_2016.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Os%20Munic%C3%ADpios%20na%20faixa%20de%20fronteira%20e%20a%20din%C3%A2mica%20das%20drogas_2016.pdf). Acesso em 22 maio 2019.

GOMES, M. T. U.; GIAMBERARDINO, P. R.; ZILIOFFO, F. P. P.; CARVALHO, H. O. O perfil do Condenado por tráfico de drogas no estado do Paraná. *In*: 1º Seminário Internacional de Pesquisa em Prisão, 2015, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANDHEP, 2015. Disponível em: <http://andhep.org.br/anais/arquivos/1seminario/GT4.pdf>. Acesso em 19 maio 2019.

GONÇALVES, A. V. **Panorama histórico da lei de drogas**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 8, n. 8, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Panorama. Campina Grande. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 04 jun. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Populacional 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Populacional 2010. Ranking das cidades mais populosas da Paraíba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>. Acesso em: 03 maio 2019.

JESUS, M. G. M.; OI, A.H; ROCHA, T. T.; LAGATTA, P. **Prisão Provisória e Lei de Drogas: um estudo sobre os flagrantes de tráfico de drogas na cidade de São Paulo**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down254.pdf>. Acesso em 22 maio 2019.

LEMGRUBER, J.; FERNANDES, M. Tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro: prisão provisória e direito de defesa. **Boletim Segurança e Cidadania**, Rio de Janeiro 2015. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim17presosprovisorios.pdf>. Acesso em: 22 maio 2019.

MOREAU, R. L. DE; CAMARINI, R. Toxicologia Social e Medicamentos. In: **Fundamentos de Toxicologia**. OGA, S.; CAMARGO, M.M. A. DE; BATISTUZZO, J. A. DE O. 4. Ed. São Paulo: Atheneu editora, 2014, 685p.

OGA, S. O.; SIQUEIRA, M. E. P.B. Introdução a toxicologia. In: OGA, S.; CAMARGO, M.M. A. DE; BATISTUZZO, J. A. DE O. **Fundamentos de Toxicologia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu editora, 2014. p. 5-8.

RIBEIRO, L. M. L.; ROCHA, R.L.S.; COUTO, V. A. Nas malhas da justiça: uma análise dos dados oficiais de indiciados por drogas em Belo Horizonte (2008-2015). **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 397-428; maio-agosto, 2017.

ROCHA, M. G. N. **Condução a prisão em cumprimento Lei 11.343/2006**. Campina Grande, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2017.

SANTOS, M. G.; SILVEIRA, T.E.S. O uso crescente das drogas e o processo de criminalização da pobreza. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS – Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20USO%20CRESCENTE%20DAS%20DROGAS%20E%20O%20PROCESSO%20DE%20CRIMINALIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20POB>

REZA. pdf. Acesso em 3 jun. 2019.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2017**. Viena: United Nations Publication, Sales No. E.17.XI.7, 2017.

UNODC. United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2018**. Viena: United Nations Publication, Sales No. E.18.XI.9, 2018.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora por me capacitarem e pelo auxílio em minhas decisões para que pudesse superar todas as provações da vida acadêmica, desde a aprovação no vestibular até a conclusão da graduação.

Aos meus pais, Pádua e Telma, pelo investimento eterno em minha vida, em todos os âmbitos. Tenho certeza que terei vocês por mim, em qualquer situação, por toda eternidade, neste plano e além dele. E à minha irmã Karol que tanto amo, que apesar das divergências, sempre é por mim quando necessário.

Aos meus tios; João e Maria; que me acolheram como filha desde que nasci e que substituíram meus pais em tantas situações quando estes não podiam se fazer presentes. E aos seus filhos; meus irmãos; Paulo, Fabricio, Hamiltom, agradeço por todo cuidado, carinho e amor de uma vida inteira.

A Filipe; meu companheiro de vida, com quem divido tantas alegrias e angústias. Agradeço por sempre acreditar e confiar no meu potencial, quando muitas vezes nem eu fui capaz.

À Clara, minha amiga de tantos anos, que sempre se faz presente, fisicamente ou não, todas as vezes que preciso.

À professora Sayonara Fook, por inicialmente ter me acolhido como aluna extensionista, e posteriormente como orientanda. Muito obrigada por toda orientação, disponibilidade e paciência. Agradeço também a toda equipe do DATATOX e as integrantes do projeto que originou este trabalho.

Ao professor Ricardo Olinto, que com sua paciência e disponibilidade colaborou muito para a realização deste trabalho.

À todos os professores da graduação; em especial à Mônica Simões, que me acolheu como aluna de iniciação científica sem nem mesmo me conhecer; aos professores Heronides e Auxiliadora, agradeço por todos os ensinamentos e pelo acolhimento em dois anos de monitoria. Guardarei todos vocês para sempre.

Agradeço profundamente a toda turma de Farmácia 2014.1, e aos que se juntaram à turma posteriormente, pela convivência durante toda a graduação e pela partilha enorme de conhecimentos.